



NÃO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

PRESIDENTE LUIZ CABRAL INICIOU UMA VISITA OFICIAL A MOÇAMBIQUE

O camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da nossa República iniciou anteontem à noite uma visita oficial à República Popular de Moçambique, a convite do seu homólogo moçambicano, Presidente Samora Moisés Machel.

Nesta viagem, que em princípio será de uma semana, o camarada Presidente Luiz Cabral é acompanhado por uma importante delegação do Partido e do Estado, da qual fazem parte os camaradas José Araújo, membro do CEL do Partido e Secretário Exe-

cutivo do CEL, Agostinho Cabral D'Almada (Gazela), membro do CSL do Partido e Comandante da Base Aérea, Samba Lamine Mané, Comissário de Estado da Agricultura e Pecuária, Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação Nacional, Alexandre Nunes Correia, Secretário-Geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, e Mário de Andrade, Coordenador Geral do Conselho Nacional de Cultura.

Fazem ainda parte da comitiva presidencial os camaradas António da Luz Cabral, Director-Geral do Banco Nacional, Mussa

Djassi, Director-Geral da Indústria, Ana Maria Cabral, Directora do Departamento de Difusão do Livro e do Disco, Nicandro Barreto responsável da Conservatória do Registo Civil, Bacar Cassamá Chefe da Casa Civil da Presidência, e Alexandre de Carvalho, Chefe do Protocolo da Presidência.

Para se despedir do camarada Presidente Luiz Cabral, deslocou-se ao aeroporto de Bissalanka uma delegação do Partido e do Estado, chefiada pelo camarada Francisco Mendes, membro da Comissão Permanente do CEL do Partido

e Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado.

Entretanto, nesta sua viagem para a República Popular de Moçambique o Presidente do Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral fez ontem uma breve escala em Lusaka, capital da República da Zâmbia, onde se encontrou com o Presidente zambiano Kenneth Kaunda.

O camarada Presidente Luiz Cabral aproveitou a ocasião para render homenagem ao povo zambiano pela sua disposição para com a luta de libertação na África Austral.

Assinalado o terceiro aniversário da República irmã de Cabo Verde

O nosso povo da Guiné assinalou ontem em Bissau o terceiro aniversário da independência da República irmã de Cabo Verde. Com efeito, foi a 5 de Julho de 1975 que, guiado pelo nosso Partido — o PAIGC, o povo irmão caboverdiano, após longa e dura luta, se libertou do jugo colonialista e conquistou a sua liberdade, condição indispensável para a construção pacífica do progresso social. Depois de anos e anos de luta, o povo daquele arquipélago, constituiu desde a data histórica do 5 de Julho, mais um Estado soberano em África.

Mas a Independência não significa, como disse o camarada Amílcar Cabral, ter uma bandeira nacional e um hino próprio. Depois da independência da República de Cabo Verde, pesadas tarefas se impuseram aos dirigentes do Partido e do novo Estado que nascia. Com um país arruinado pela exploração desenfreada dos usurpadores, com o território devastado por uma prolongada seca que, a juntar aos malefícios da dominação colonialista, em purrou para a emigração milhares e milhares de caboverdianos, arruinou a agricultura, transformou as

ilhas em desertos mirrados onde a fome e o medo grassavam, muito trabalho teve que ser feito.

Recordamos aqui as palavras proferidas pelo camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do Partido, numa mensagem dirigida ao povo caboverdiano às zero horas do dia 5 de Julho de 1975: «Nesta hora histórica, camaradas e com patriotas, devemos antes de mais, fazer um juramento. O de jamais desmerecermos tanto sacrifício e de, pelo trabalho criador, transformarmos o Arquipélago — para que nunca mais haja fome, para que nunca mais o nosso povo tenha de expatriar-se, para que nunca mais haja injustiças e mártires na nossa terra.»

Entretanto, nestes três anos decorridos após a independência, o povo irmão caboverdiano e o seu Governo, sob a direcção esclarecida do PAIGC, combatendo por um lado a pesada herança colonial e enfrentando por outro lado uma seca de consequências catastróficas, alcançou notáveis êxitos na dura luta de reconstrução nacional, em

(Continua na pág. 8)

1 de Julho Proteger a natureza plantando árvores

Concretizando o plano elaborado pelo Comissariado de Estado da Agricultura e Pecuária, levou-se a cabo, pela primeira vez em todo o país, as comemorações do dia 1 de Julho como Dia Nacional da Arvore, dando assim início a uma vasta campanha de plantação de árvores em todas as regiões do país.

Recorde-se entretanto que esta iniciativa se enquadra na sequência da luta para preservar o nosso meio ambiente e o bem estar das gerações vindouras. Como dizia um comunicado do Comissariado de Estado da Agricultura, trata-se de transformar o Dia Nacional da Arvore num momento alto da campanha de reflorestamento, de protecção da natureza, de luta contra a seca.»

Entretanto, para assinalar este dia, os trabalhadores dos vários Comissariados e de empresas estatais e privadas organizaram jornadas de plantação de árvores nos seus respectivos locais de trabalho. Nesse dia o camarada Francisco Mendes, Comissário Principal, esteve presente na sessão de plantação de árvores na Base Aérea de Bissalanka.

No momento em que plantava uma árvore, o camarada Comissário Principal, abordado pelos órgãos da informação, afirmou: «Nós sabemos que atravessamos um período de grande dificuldade pelo motivo da falta de chuvas que se

(Continua na página 8)

Começa no dia 17 em Kartum a cimeira da OUA "Vamos concentrar a discussão no sentido de preservar a nossa organização"

— acentuou Victor Saúde Maria

«Perante o perigo que ameaça o nosso continente, nós vamos discutir não só os problemas da libertação da África, como por exemplo da Namíbia, do Zimbábue e a situação na África do Sul, que são problemas urgentes, como também concentrar a nossa atenção sobretudo no sentido da preservação da organização, que tem como objectivo defender a independência da África e os interesses de todos os africanos», declarou aos órgãos de informação, o camarada Victor Saúde Maria, membro do CEL do Partido e Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, antes da sua partida, no sábado, para Kartum.

Na capital do Sudão, o camarada Victor Saúde Maria e a delegação que o acompanha, representarão a Guiné-Bissau na reunião do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana, que decorrerá de 7 a 15 deste mês, e na cimeira de Chefes de Estado, que terá lugar também em Kartum, de 17 a 21 de Julho.

Referindo-se à importância desta cimeira, o camarada Comissário diria que, « neste momento, a África atravessa um momento bastante crítico. E acrescentou: Podemos dizer mesmo que a África e principalmente a Organização da Unidade Africana enfrentam uma ameaça. Há vários conflitos

no nosso continente. Por isso, a Reunião do Conselho de Ministros vai ser uma das mais difíceis que vamos ter agora. Assim perante essa ameaça, todos os países membros desta organização devem dar toda a sua colaboração para conservar a Organização da Unidade Africana porque todos nós sabemos o que é que ela representa para a África inteira. Os inimigos da África há muito tempo que estão a fazer tentativas para dividir mais uma vez o nosso continente e paralisar a nossa organização».

Interrogado sobre o problema de criação da força de intervenção africana, que será um dos pontos a discutir nesta importante cimeira, o chefe da diplomacia guineense salientou: «Penso que este não é nenhum problema novo para a OUA. Penso que os países africanos membros da

OUA devem estar vigilantes para não deixar que nenhuma força extra-africana nos desvie dos objectivos de defesa do nosso continente em que os dirigentes africanos estão empenhados. O Presidente Kwame N'Krumah tinha lançado a ideia da criação do alto comando africano para a defesa dos países membros da organização. Quando for criado, terá que servir os interesses dos países membros e não a destabilização da África. Por isso, não podemos estar de acordo que um grupo de países exteriores ao nosso continente pretenda substituir a Organização da Unidade Africana na criação da tal força para a defesa dos países africanos».

«A África já está suficientemente madura para pensar

(Continua na página 8)

Hoje
Caderno Especial (50 pág.)
O Discurso do Camarada Luiz Cabral na abertura da ANP

Cimeira de Tripoli Exigida a retirada das tropas francesas do Tchad

TRIPOLI — A necessidade da retirada das forças francesas do Tchad e a oposição a toda a intervenção estrangeira nos problemas internos deste país, foram salientadas pelos participantes na primeira sessão da conferência sobre a reconciliação nacional no Tchad, reunida desde terça-feira de manhã na capital da Jamahyria Líbia à porta-fechada.

Depois de ter ouvido o relatório do presidente Aboul Gassen Ibrahim, primeiro vice-presidente do Sudão, a conferência reuniu-se a nível dos chefes de delegações. No decurso desta reunião, os representantes do governo tchadiano e da Frolinat (Frente de Libertação Nacional do Tchad) reafirmaram a sua confiança na conferência e na sinceridade do Sudão, do

Níger e da Líbia para chegarem a uma conciliação baseada na justiça no Tchad.

Falando à imprensa, o vice-presidente sudanês revelou ainda que todos os participantes na conferência reafirmaram também, conforme as decisões da cimeira de Sebha (Fevereiro de 1978), a responsabilidade dos seus participantes de continuar a procurar uma solução pacífica para os problemas tchadianos, unicamente no quadro da conferência.

A conferência pediu finalmente aos representantes do governo tchadiano e da Frolinat para se reunirem ontem entre si, a fim de elaborarem projectos de acordos políticos e milita-

(Continua na página 8)

Cimeira de Bissau

Durante três dias, a terra livre e independente de Amílcar Cabral foi o palco de um dos maiores acontecimentos deste ano, de um grande acontecimento histórico, que foi o encontro entre o Presidente da República Popular de Angola, camarada Agostinho Neto, e o Presidente da República Portuguesa, general António Ramalho Eanes.

Depois desta importante cimeira, é oportuno fazer um breve balanço do que foram os três dias de conversações entre os dois Chefes de Estado que, após o 25 de Abril de 1974, iniciaram uma busca do estreitamento de relações entre os dois povos soberanos e independentes.

Não há dúvida nenhuma de que a cimeira de Bissau que reuniu os Presidentes Neto e Eanes foi um êxito não só porque permitiu o estreitamento de relações entre Angola e Portugal como também concorreu para o estreitamento da amizade entre os povos, a cooperação, a paz e a solidariedade internacional.

Ela proporcionou aos dois Presidentes a oportunidade de afirmarem com franqueza as posições dos dois países e resultou na possibilidade de conciliação das posições dos dois povos numa cooperação autêntica e fraterna.

«Este encontro permitirá a dois Estados independentes e iguais afirmarem a seriedade da sua mútua disponibilidade de entendimento sobre erros do passado e as diferenças do presente». Estas palavras, pronunciadas pelo Presidente Ramalho Eanes, no jantar oficial oferecido pelo camarada Presidente Luiz Cabral, demonstraram claramente a posição do Presidente e do povo português e a sua intenção de estreitar cada vez mais as relações de cooperação com os países emergentes da luta de libertação nacional, neste caso com a República Popular de Angola.

Também o Presidente Neto foi bastante objectivo ao realçar a sua disponibilidade em manter relações de amizade com a antiga potência colonizadora: «Agradeço a Vossa Excelência, senhor Presidente da República Portuguesa, este encontro recheado de motivos concretos, que denuncia uma coexistência entre os nossos povos mais de acordo com as suas conquistas no passado».

Nesta cimeira viu-se de facto aquilo que os dirigentes dos países africanos de expressão portuguesa sempre afirmaram durante a luta armada de libertação nacional: os movimentos de libertação não lutavam contra o povo português mas sim contra o governo colonial fascista português. Reconhece-se neste momento uma disposição de estabelecer melhores laços de cooperação com Portugal, em bases de mútuo respeito.

No entanto, a cimeira de Bissau não terminou só com as declarações dos dois presidentes sobre o reforço das relações entre os seus países. Foi ainda assinado um importante documento, o Acordo Geral de Cooperação em que as delegações concordaram em pôr em funcionamento os mecanismos necessários à concretização dos acordos sectoriais, designadamente nos domínios cultural, científico, técnico e económico.

MIKA LIMA

Guiné - Bissau participa na reunião da comissão técnica da CEDEAO

A fim de representar a Guiné-Bissau na reunião da Comissão Técnica da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, (CEDEAO) seguiu na manhã de sábado para a República do Togo uma delegação do nosso Estado, chefiada pelo camarada Aboubacar Touré, Director-Geral das Relações Económicas Internacionais do Commissariado de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação.

Esta reunião, que começou ontem em Lomé e se prolongará até ao dia 12 deste mês, tratará de questões relacionadas com o Comércio, Transportes, Energia, Telecomunicações e problemas aduaneiros.

Seguidamente, o camarada Aboubacar Touré e o camarada Nicolau Ramos, Director das Alfândegas, que o acompanha, participarão numa reunião que se realizará também na capital to-

golesa, de 11 a 12 deste mês, e que debaterá a nova Convenção de Lomé. Entretanto, no próximo dia 10 terá lugar naquela cidade a reunião do Conselho de Administração do Fundo da CEDEAO, na qual participará o camarada Vasco Cabral, membro do CEL do Partido e Comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação, que seguiu ontem para o Togo.

Tribunal Popular de Bolama

Seguiram no passado dia 4 para Bolama os camaradas João Maurício Chantre, Director dos Serviços do Supremo Tribunal de Justiça e José Semedo primeiro ajudante da Conservatória do Registo Civil. Naquela cidade, os camaradas farão o serviço de inspecção aos Serviços de Justiça e a montagem do Tribunal Popular da região de Bolama-Bijagós.

II Encontro Anual da Agricultura

Regressou no sábado de manhã à nossa capital, uma delegação do Commissariado da Agricultura e Pecuária, chefiada pelo camarada Luís Cândido, Director dos Serviços da Agricultura, que se deslocara a Cabo Verde para participar no segundo encontro anual entre o seu Commissariado e o Ministério de Desenvolvimento Rural da República irmã.

Este encontro, que se enquadra no âmbito das decisões da primeira reunião

intergovernamental, que teve lugar o ano passado em Bissau, tratou de problemas relacionados com o intercâmbio em vários domínios, essencialmente no que respeita à formação de quadros e cooperação em diversos projectos agrícolas.

Recorde-se no entanto, que o primeiro encontro anual da Agricultura se realizou em Janeiro deste ano em Bissau, e nele participou uma delegação do Ministério do Desenvolvimento Rural de Cabo Verde.

III seminário sobre direcção e gestão de empresas

Teve início no passado dia 3 em Bissau, o terceiro da série de seminários sobre técnicas de direcção e gestão de empresas públicas, promovidos pelo Commissariado de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação e com o apoio técnico do projecto Cetel-Norma-Sida.

Neste terceiro seminário participam quadros dos Commissariados de Estado das Obras Públicas Construção

Urbanismo, Desenvolvimento Económico e Planificação, da Energia, Indústria e Recursos Naturais, do Instituto de Amizade, bem como da Cicer, do Complexo de Cumeré, da fábrica de pré-fabricadas Sandino, da Enavi, da Companhia de Seguros, em organização, da Central Farmedi, da Socomi, do Hospital Simão Mendes, da Guinémar, do Banco Nacional e da Semapesca.

Participam ainda neste seminário dois quadros responsáveis da Empresa Pública de Abastecimento da República irmã de Cabo Verde, elevando-se assim já a nove, o número de quadros de Cabo Verde que têm vindo a Bissau frequentar os seminários promovidos pelo Commissariado de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação. Por outro lado, ficou resolvido promover a realização de um seminário idêntico na República irmã de Cabo Verde durante o mês de Outubro próximo.

O último seminário desta série, terá início no dia 17 deste mês.

Delegação da UNTG regressa da Argélia

Depois de ter participado num seminário sobre a Higiene no Trabalho, organizado pelo Instituto Árabe de Educação Operária e de Pesquisa sobre o Trabalho em Argel, que teve lugar de 8 a 29 de Junho findo, regressou no passado dia 3

da República Democrática e Popular da Argélia, o camarada César da Costa, chefe do Departamento Jurídico e Emprego da UNTG chefiando uma delegação composta por dez elementos de diversos Commissariados e Empresas Estaduais.

Entretanto, seguiu no dia 4 para Níger-Niamey o camarada José Saraiva a fim de tomar parte no colóquio regional sobre a legislação do trabalho que terá lugar de 9 a 14 do corrente, patrocinado pela Federação Sindical Mundial.

Wagna Tchuda regressou a Bissorã

Após uma estadia de 20 dias na secção de Encheia, regressou no passado dia 2 a Bissorã, o camarada Wagna Tchuda, membro do Conselho de Estado e vice-presidente do Comité de Estado do sector de Bissorã. Análise da situação polí-

tica local e esclarecimento das resoluções tomadas pela Assembleia Nacional Popular na última reunião de Maio, foram os temas discutidos nas diversas reuniões que o camarada Wagna Tchuda teve com a população.

Por outro lado, com o objectivo de se inteirar do andamento do trabalho para a preparação dos exames da 4.ª classe, esteve no dia 2 em Bissorã o delegado da educação da região de Oio, camarada Augusto Sanca.

Responde o Povo

O que pensa do Dia Nacional da Arvore?

Enquadrado na campanha de conservação da natureza iniciada no primeiro de Maio com uma jornada nacional de luta contra a seca, foi comemorado no âmbito da iniciativa do Commissariado de Estado da Agricultura e Pecuária com o apoio do Partido e das organizações de massa, o Dia Nacional da Arvore. Esta iniciativa tem como objectivo a plantação de árvores nos diversos Commissariados e organismos estatais. Para o efeito, o Commissariado da Agricultura pôs à disposição de todos os departamentos, árvores de fruta, bem como instruções técnicas. Por outro lado, foi organizado trabalho produtivo no passado dia 2, domingo, num terreno próximo da Base Aérea, onde se registou uma participação massiva.

O «Nô Pintcha» no seu habitual inquérito, saiu à rua e recolheu opiniões de alguns populares, sobre «O que pensa do Dia Nacional da Arvore?»

ENQUADRA-SE NA LUTA CONTRA A SECA

José Aló Fernandes, 38 anos, trabalhador da Função Pública — «Acho que o Dia Nacional da Arvore enquadra-se na campanha de luta contra a seca. Quanto a mim, penso que a importância fundamental desse dia reside no facto de que constitui a concretização de uma das formas de luta contra o flagelo que afectou grandemente o nosso país o ano passado. Participei no trabalho produtivo dedicado a este dia, não só na planta-

ção de árvores na Base Aérea de Bissalanca, como também na mobilização de alguns camaradas para esse trabalho. Além disso, plantei também árvores de fruta em minha casa».

UMA IMPORTANTE INICIATIVA

Domingos Indí, 22 anos, Estudante — «Acho que esta iniciativa vem de encontro com a necessidade de solucionarmos o problema da falta de chuvas, ou seja combater a seca. Nesta base, o Dia Nacional da Arvo-

re é muito importante. Por outro lado, urge tentarmos evitar por todos os meios o derrube das árvores, porque o problema da seca também reside nesse facto. Portanto, quanto mais evitarmos cortar árvores, mais possibilidades se nos oferecem para levarmos à frente o combate contra a seca. O Dia Nacional da Arvore é a aplicação na prática de uma das importantes recomendações do Governo aquando da campanha nacional de luta contra a seca, efectuada a 1 de Maio deste ano».

UM MEIO PARA ENFRENTAR A SECA

Djibril Silá, 23 anos, trabalhador da Função Pública — «Fiquei muito contente quando soube que ia ser comemorado pela primeira vez no nosso país o Dia Nacional da Arvore. Esta importante iniciativa constitui mais um meio para enfrentarmos a seca na nossa terra. Porque como se sabe, a plantação de árvores é um processo científico senão indispensável para impedir o avanço do deserto».

A existência de grandes comunidades no estrangeiro representa uma fonte de entrada de divisas (2)

★ Director-geral da Emigração sobre o I Encontro de Emigrantes

«Por outro lado e independentemente de formulação de qualquer juízo de valor sobre os aspectos negativos da emigração, nomeadamente pela hemorragia que provoca de elementos válidos da população activa, a existência de tão grandes comunidades no estrangeiro representa uma fonte apreciável de entrada de divisas e tem desempenhado o seu papel na constituição de disponibilidades de meios de pagamento sobre o exterior», afirmou o director-geral da Emigração, Santos Silva, ao falar da existência de emigrantes caboverdianos no exterior e a sua contribuição para a economia do país. Depois de se referir à preocupação do Governo em zelar pela defesa dos interesses das comunidades caboverdianas no exterior, com a criação de uma rede de serviços externos, diplomáticos e consulares, informou que subsiste ainda o problema de criar condições mínimas para facilitar a permanência, a ocupação e o bem-estar dos emigrantes. Apresentamos hoje a segunda parte da entrevista concedida por aquele responsável pela emigração ao nosso colega «Voz do Povo», a propósito da realização, ainda este mês, do I Encontro das Comunidades Emigradas, em S. Vicente.

Por outro lado e independentemente de formulação de qualquer juízo de valor sobre os aspectos negativos da emigração, nomeadamente pela hemorragia que provoca de elementos válidos da população activa, a existência de tão grandes comunidades no estrangeiro re-

presenta uma fonte apreciável de entrada de divisas e tem desempenhado o seu papel na constituição de disponibilidades de meios de pagamento sobre o exterior, o que corresponde a uma contribuição que não pode ser substituída num país cuja taxa de cobertura de importação pela exportação é bastante limitada.

Para além desses aspectos que determinam necessariamente a definição de uma política de emigração, existem ainda aspectos internos e externos que terão de ser aprofundados.

Os primeiros 50 anos deste século foram anos de dramas, de destruições massivas e sucessivas da nossa população nas quatro grandes crises que se verificaram em 1900/3—1921/2—1941/2—1947/8.

Entrámos no ano de 1900 com uma população de 147 424 pessoas e, 10 anos depois a população era praticamente a mesma. Administração uma taxa de crescimento anual de 2% em condições normais (o que nos arrece inferior ao provável) a população de Cabo Verde deveria ter duplicado em 35 anos, de acordo com cálculos formulados, em tempos pelos Serviços Estatísticos das Nações Unidas e confirmados pela evolução posterior da nossa população.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as novas relações, de força estabelecidas no Mundo, fizeram com que o regime fascista e colonialista da classe no poder em Portugal já não pudesse continuar a esconder ao mundo, a realidade nas suas diferentes colónias.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

VII. NOTA DE ABERTURA AO GOVERNO PORTUGUÊS

O Governo português anunciou que vai pôr em prática algumas reformas nas suas colónias de África. Segundo essas reformas, toda a população da Guiné passará a ser considerada como civilizada. Isso quer dizer que cerca de 99,7% da população africana do nosso país passará a gozar, em princípio, dos direitos de cidadania que sempre lhe foram negados pelo Governo português.

É evidente que, para a opinião mundial como para nós, essa mudança de atitude da parte do Governo português é um resultado concreto — uma conquista — da luta heróica do nosso povo pela independência nacional. Por outro lado, toda a gente reconhece que o governo português, ao tomar a decisão de nos atribuir a cidadania portuguesa sem considerar a nossa opinião, desprezou mais uma vez os direitos do nosso povo à auto-determinação. Nessas condições, a reforma em causa tem de ser interpretada como uma tentativa para travar o desenvolvimento da nossa luta de libertação. O Governo português sabe muito bem que os povos da Guiné e de Cabo Verde não estão a lutar para serem portugueses: nós lutamos para conquistar a independência nacional.

Para realizar esse sagrado objectivo, os nossos povos estão firmemente decididos a recorrer a todos os meios. Tal facto é provado pela acção directa já desencadeada na Guiné e pela grande agitação que reina em Cabo Verde, como resposta à repressão policial e armada praticada em silêncio pelas forças colonialistas portuguesas. Os nossos povos dispõem e disporão cada vez mais, dos meios necessários para destruir totalmente as bases da exploração colonial portuguesa nos nossos países.

Todavia, o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA, interpretando as justas aspirações dos nossos povos à independência nacional, à paz, ao progresso e à colaboração pacífica com todos os povos, incluindo o de Portugal, toma novamente a iniciativa de propôr ao Governo português que resolva pela via pacífica o conflito que o opõe aos nossos povos, seguindo assim o exemplo do que foi feito pelo governo de outras potências coloniais em África.

Para isso, o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA propõe ao Governo português:

1. A realização imediata das medidas propostas no Memorandum dirigido ao Governo português em Dezembro de 1960, ou

2. A aceitação imediata, perante a opinião mundial e a ONU, do princípio da auto-determinação dos nossos povos, e a realização, até ao fim deste ano, duma conferência entre os representantes do Governo português e representantes dos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, com a seguinte ordem do dia:

a) Auto-determinação e independência nacional dos povos da Guiné e Cabo Verde.

b) Colaboração entre o povo português e os povos da Guiné e Cabo Verde.

Cooperativismo agrícola no país

Ensaiar os primeiros passos antes de passar a formas superiores

«(...) É nossa opinião que esse movimento (cooperativista) não pode ser um movimento total. A totalidade é um objectivo a atingir. Não se pode nunca partir do princípio que a totalidade é o começo. Portanto, nesse campo, temos de criar alguns exemplos que demonstrem na prática que esse método de solucionar os problemas é o mais correcto, e vulgarizar o máximo possível esses métodos de trabalho, levá-los ao conhecimento de todos.» Pedro Pires.

Estas palavras do comandante Pedro Pires, Primeiro Ministro de Cabo Verde proferidas há alguns meses no encerramento de um seminário realizado em intenção dos quadros cooperativistas, abordam um problema candente do movimento cooperativista em Cabo Verde e em qualquer parte do Mundo.

Interessante é sem dúvida a experiência que se verifica com o aparecimento de cooperativas agrícolas de produção, em algumas localidades de Santiago. Como todos os incícios, este também não é fácil. Por vezes pára, volta a movimentar-se, para talvez retroceder mas a verdade é que, parafraseando o provérbio bem conhecido na nossa terra «Prá frente é que é caminho».

É natural que haja dificuldades, seja de ordem material ou de mentalidade. E em todas as revoluções contemporâneas (embora as generalizações sejam perigosas) que iniciam grandes transformações das relações no campo, a cooperação, a forma de atingi-la, os métodos utilizados, ocupou parte importante da atenção dos dirigentes, pelo perigo de desequilíbrio que implica a destabilização súbita das relações sociais nesse domínio importante da produção.

A preocupação de fundo do poder caboverdiano, presente nas considerações do Primeiro Ministro, é o de um processo principalmente baseado na persuasão, no

esclarecimento: «levar ao conhecimento de todos esses métodos de trabalho».

Em Cabo Verde, o problema das mentalidades, (fruto de ignorância, analfabetismo e atraso cultural se bem que uma preocupação, não chega a fazer arrancar os cabelos, pois não são fortes os interesses privados contrários a esse movimento. As próprias dificuldades materiais que se «opõem» à formação de cooperativas agrícolas, são as que se aponta como solução: o cooperativismo. Senão vejamos: a par de toda uma mudança havida no campo da nacionalização das grandes propriedades dos absentistas, da mudança das relações no campo, existe a verdade que a terra cultivável no nosso país é insuficiente e encontra-se dividida em pequenas parcelas pouco propícias à introdução de técnicas modernas de cultivo. Essa estrutura agrária que o Primeiro Ministro caracterizava há pouco de «minifundista», não permite que as pequenas parcelas gozem de uma programação de culturas mais recomendáveis, o que contribui para o empobrecimento e fraco aproveitamento do terreno que, por sua vez, tem a «tarefa» de alimentar um grande número de pessoas. Só a cooperação possibilitará a introdução rendosa de máquinas, a programação de culturas, o aproveitamento racional da água, etc.

A Central das Cooperativas considera que o próprio

avanço do movimento cooperativista terá de ser acompanhado de um movimento de superação cultural das massas trabalhadoras do campo, a começar pela alfabetização. Primeiro porque o principal obstáculo à consciencialização dos camponeses é a ignorância. Ultrapassada esta fase, será necessária a gestão das unidades colectivas de produção que deverão contar com as suas próprias gentes, já letradas e com certo hábito de gerir uma unidade económica, minimamente organizada, tradição que não existiu até hoje nas nossas zonas rurais.

Tendo já começado as primeiras experiências de produção agrícola colectiva na ilha de Santiago ainda não se fizeram sentir os efeitos dos esclarecimentos que são necessários. Há quem pense que se descura mesmo este aspecto, talvez ofuscado pelo vislumbre de um despique no combate contra a desertificação e erosão. Algo que se faz notar é a inexistência de uma actividade integrada da Central das Cooperativas com os departamentos estatais directamente ligados ao campo, como seja o caso do Ministério do Desenvolvimento Rural e com o Partido, que detêm os meios de acção política seja na difusão das ideias do cooperativismo e suas vantagens, ou com o MDR na planificação técnica dos empreendimentos.

Na sua actividade dinamiadora do processo cooperativista em Cabo Verde, a Central das Cooperativas que não dispõe de técnicos agrícolas, não poderá ficar dependente de projectos que não foram realizados, quando aparecerem financiadores.

O apoio financeiro poderá ser também apontado

como um factor condicionante do desenvolvimento do processo de cooperação. Geralmente a formação de uma cooperativa implica um certo número de obras de protecção do terreno e sua condução e ainda a obtenção de um mínimo de apoio técnico. Para isso necessita-se de algum financiamento que se tem conseguido geralmente de alguns organismos estrangeiros através do Instituto Caboverdiano de Solidariedade e da Cooperação. No entanto, realça-se que nem sempre tem aparecido esse financiamento.

A debilidade económica dos nossos camponeses às vezes constitui também um entrave, superável, no entanto. O fantasma da fome não se afugenta facilmente. Um camponês não dá a sua pequena parcela para a colectividade sem perguntar se enquanto não estiverem feitas as colheitas a mulher dele precisar de arrancar um pé de mandioca, para a casa, ou até mesmo para trocar por outra coisa que lhe deixa falta.

A Central está decidida a adoptar nesses casos o sistema utilizado em alguns países que consiste em deixar fora da colectividade alguns regos de terra que pertencem individualmente a cada sócio para suprir as necessidades e pressões familiares. E a terra é tão pouca! Nas experiências em curso não raras vezes a terra é tão insuficiente que nem mesmo explorada colectivamente chega para cobrir as responsabilidades alimentares, obrigando assim os sócios a ter actividades complementares. Em alguns casos, pensa-se tornar colectivas essas próprias actividades complementares, quando seja a criação de gado, por exemplo.

A estratégia do desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde e as medidas programadas pelo seu Governo com vista a fazer face às consequências da seca, constituem os pontos principais abordados pelo Primeiro Ministro caboverdiano Pedro Pires, em entrevista concedida a jornalistas angolanos e moçambicanos, aquando da realização, em S. Vicente, da I Conferência de Ministros de Transportes dos países africanos de expressão portuguesa, que decorreu na cidade de Mindelo, de 30 de Abril a 4 de Maio último.

O chefe do Governo caboverdiano referir-se-ia ainda na sua entrevista ao aproveitamento dos recursos marítimos que o país oferece, as actividades desenvolvidas no sector industrial, a política do Governo sobre a emigração e os passos já dados pelos dois países, desde a realização do III Congresso do P.A.I.G.C., no desenvolvimento do processo da Unidade Guiné-Cabo Verde. Por fim, Pedro Pires abordaria ainda, na entrevista que apresentamos aos nossos leitores, extraída da revista moçambicana «Tempo», a viabilidade da criação de uma organização inter-governamental que substitua a ex-CONCP e integrando os países africanos de expressão portuguesa emergentes da luta de libertação nacional.

O COMBATE A SECA SITUA-SE AO NÍVEL DAS PROPRIEDADES DA ACTIVIDADE GOVERNAMENTAL

A primeira pergunta dizia respeito à estratégia do desenvolvimento económico-social e às medidas programadas pelo Governo de Cabo Verde para diminuir as desastrosas consequências da seca.

— Antes de entrar nas questões referentes ao desenvolvimento económico em Cabo Verde, — disse o camarada Pedro Pires — não se pode pensar no desenvolvimento económico sem pensar na seca, nos seus efeitos e nas limitações que ela impõe ao nosso processo de desenvolvimento económico. Mas ao pensarmos no desenvolvimento económico de Cabo Verde temos de pensar também no trabalho do país, na sua orografia, no seu aspecto físico. A seca, a última que nós temos estado a viver, tem sido bastante prolongada. Não tem sido uma seca total. Seria bastante difícil viver com uma seca total. Mas a produção agrícola tem sido bastante reduzida durante esses nove anos. Não houve durante esses anos uma produção agrícola que se pudesse dizer boa, a nível do arquipélago ou mesmo de uma ilha. Mas houve alguma produção, apesar de tudo, salvo este ano. Este ano a produção do sequeiro foi nula. Mas essa produção do sequeiro é que contribui para a alimentação da maioria da população e também para o rendimento dos camponeses. A seca tem tido efeitos desastrosos na agricultura de Cabo Verde, limitando a produção e criando um desemprego bastante elevado no seio dos camponeses.

Portanto, o ponto mais premente e imediato da nossa política económica e social é combater os efeitos da seca. Combater os efeitos económicos da seca porque provoca, como já dissemos, o desemprego quase generalizado. É preciso encontrar trabalho para os camponeses, criar postos de trabalho. Nós es-

tamos a elaborar o que chamamos Plano de Emergência, que tem por objectivo resolver os problemas mais imediatos e mais prementes. Mas a seca, para além dos efeitos económicos e sociais, também tem um efeito geofísico sobre a própria natureza, sobre o terreno. É nesse aspecto também que nós temos o programa chamado «programa de conservação do solo e da água». Defender a natureza, o solo, contra a erosão, provocada pelo vento, pela própria chuva, e, ao mesmo tempo, permitir a recarga dos lençóis subterrâneos de água. A seca provoca a desarticulação, a desarborização e por isso estamos desenvolvendo esforços no sentido contrário, no arborizar as vastas áreas que ficaram completamente destruídas e sem cobertura florestal.

Poderão ver o aspecto da seca, mas poderemos dizer que o desenvolvimento económico do nosso país se desenvolve em duas direcções. Uma, combater os efeitos da seca, outra, lançar as bases económicas para o desenvolvimento efectivo do país. Sabemos que só o desenvolvimento económico poderá resolver os problemas. O combate aos efeitos da seca poderá ter algum valor mas sem a criação de outros meios para o desenvolvimento do país, esse combate terá pouco valor. Podemos, no entanto, dizer, que as duas coisas se completam. O combate à seca resolve os problemas do desemprego, os efeitos erosivos de desflorestação, mas ao mesmo tempo há realizações que têm algum valor económico. Têm algum valor económico, cujos efeitos poderemos ver daqui a alguns quatro-cinco anos. Por outro lado também, o desenvolvimento económico tem os seus efeitos sobre a seca e possíveis secas. Além da produção, terá também função de criar postos permanentes de trabalho, ao passo que toda a acção que desenvolvemos para o combate à seca cria postos provisorios de trabalho.

Eu ia dizendo que quando se pensa na agricultura

em Cabo Verde, não se pode pensar na mecanização clássica porque o país é essencialmente montanhoso e a superfície é relativamente pequena. Portanto, tem de se modernizar a agricultura de outra maneira. Nós pensamos que modernização em Cabo Verde deverá ter algo de particular porque temos de escolher o tipo de cultura que vamos desenvolver e temos também de fazer culturas que não utilizem muita água. Temos de ir para a modernização mas, de um certo tipo de modernização e um certo tipo de produtos que estejam de acordo com as condições naturais do país, quer dizer ilhas, montanhas e pouca água. Haverá essa modernização. Nós estamos a fazer neste momento um esforço para a criação de um centro experimental para a agricultura e também para a protecção das plantas. Quer dizer, o desenvolvimento da fitossanidade. Há todo um programa que temos nesse sentido. Mas quando se pensa no desenvolvimento de Cabo Verde, devemos ter também atenção a um outro aspecto: a população é limitada, o dimensionamento das unidades produtivas é outro dos factores em consideração.

O DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS ESTÁ PROGRAMADO

Devido à sua situação geográfica, Cabo Verde está condicionado à utilização dos seus recursos marítimos que ocuparão dentro de anos, o lugar mais relevante no quadro da economia nacional. Sobre o seu ulterior aproveitamento e as capacidades oferecidas para a dinamização de outros sectores económicos, o Primeiro-Ministro caboverdiano disse:

— Os recursos marítimos deverão ou não ocupar um papel particular dentro da economia caboverdiana? Porque se verificarmos — e hoje então com as duzentas milhas de zona económica — Cabo Verde passou a ter um território bastante grande, um território

Pedro Pires define política do desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde

marítimo bastante grande. Portanto, é preciso explorar esse território, essa parte marítima do nosso país. Mais, nós somos ilhas com alguma tradição marítima. Isso pode ajudar-nos um pouco na exploração dos recursos marítimos existentes à volta do nosso país.

Nós temos um programa elaborado para o desenvolvimento da pesca. Há de um lado a pesca artesanal, que tem por objectivo, dar uma certa protecção aos pescadores, melhorar o seu nível de vida com algumas medidas no comércio bastante simples, como é o facto de garantir a comercialização de toda a captura. Garantida a comercialização da captura, estamos convencidos que vamos estimular a própria captura, o seu desenvolvimento e muita gente vai interessar-se pela pesca. Há muitas aldeias de pescadores à volta das ilhas. Estamos convencidos que com a compra do peixe capturado os pescadores vão interessar-se muito mais pelo mar porque verão aumentar os seus rendimentos e isso será um estímulo para que trabalhem mais. Ao mesmo tempo o objectivo da pesca artesanal é o de melhorar a dieta alimentar das populações. Estamos convencidos que com a execução desse programa de pesca artesanal, podemos criar excedentes que poderão ser exportados para a costa ocidental da África, ou mesmo para os países do interior do continente que venham a ter necessidade ou consumam bastante peixe. Ao mesmo tempo que se garante a compra da captura, também procuramos introduzir alguns métodos de conservação; métodos bastante artesanais de seca. Salga de peixe, que poderá ser exportado ou tenha já aceitação no mercado do continente.

Mas, esse sector da pesca artesanal, teremos de o desenvolver por fases. A primeira fase, é a garantia da comercialização para estimular a própria captura e o rendimento; a segunda é a introdução do motor, a motorização dos pequenos botes; e a terceira fase é

já a introdução de barcos maiores e mais desenvolvidos que possam já pescar a maiores distâncias, mas dentro daquilo que nós chamamos as águas territoriais. É assim que a nossa lei, a lei que fizemos sobre as pescas e a zona económica exclusiva, proíbe o exercício da actividade piscatória dentro de um certo limite das águas territoriais que estão reservadas à pesca artesanal, neste caso.

Há outro sector que é o da pesca no alto mar ou a chamada pesca industrial. Ai pretendemos desenvolver a pesca do atum. Já temos algumas experiências. Temos algumas unidades e vamos adquirir mais. Vamos fazer um esforço para dominar a nova tecnologia da pesca do atum, o cerco. Dominando a nova tecnologia, formando novos pescadores que dominem essa tecnologia e assim nós iremos aumentando a captura até chegarmos já a unidades de transformação mesmo aqui em Cabo Verde. Mas ao mesmo tempo que nós desenvolvemos a pesca industrial, vamos desenvolver os serviços ligados à pesca neste porto, o porto de S. Vicente, que é o que normalmente chamam indústria de frio que podem receber a nossa captura, e também a captura dos barcos que operam à volta das nossas ilhas. De um lado, nós vamos desenvolver a nossa frota nacional mas em terra vamos criar condições que possam atrair barcos estrangeiros que operam na zona. Quer dizer, transformar isto num grande centro piscatório e de indústrias e actividades ligadas à pesca. Trazendo tudo isso, criando um mercado, tendo clientes, vamos também lançar indústrias como sejam a reparação naval. Quer dizer, uma série de unidades com tecnologia desenvolvida até ter aqui um complexo muito mais avançado.

Convidado depois a abordar as actividades desenvolvidas no sector industrial e as alterações surgidas após a proclamação da

independência nacional, nível das relações de produção, no campo e medidas, Pedro Piresçou por afirmar:

— No que se refere à indústria como já disse aqui em Cabo Verde é preciso ter em atenção o dimensionamento das unidades. Um das nossas preocupações é: unidades, que tipo, que tamanho e qual o mercado. O mercado nacional é relativamente pequeno. Portanto, são factores a ter em consideração. Por hora estamos a pensar em unidades industriais que venham a substituir em grande parte a importação. Nós temos uma série de produtos, e vamos ver quais são os de maior consumo no nosso país e lançar essas pequenas unidades que possam substituir a importação. É neste momento estamos a desenvolver a de produtos ligados à construção civil, telhas e outras coisas, para diminuir a importação como já temos e, segundo, para abaratar a própria construção de moradias. A construção civil estamos a pensar em instalar o moinho de «Klincker» para embaratecer o cimento. Já em curso estudos para a instalação de uma planta na indústria de calças, curtumes e talvez algumas indústrias alimentares. Vamos desenvolver o número de indústrias ligadas ao consumo local. Substituir a importação e abaratar o custo. Noutra área vamos estudando quais as possibilidades de criação de indústrias para exportação. Há o consumo local e depois vamos ver a possibilidade de criar indústrias para exportação e diminuir a nossa dependência do exterior.

Quanto às relações económicas, no campo ou na cidade, a estrutura social agrária em Cabo Verde é bastante diferente das estruturas existentes nos outros países africanos. Durante algum tempo, desenvolveram em Cabo Verde algumas relativamente grandes — não se pode falar em grande numa terra pe-

vimento

na — propriedades. Mas a tendência que apareceu posteriormente foi a da criação de pequenas propriedades. Se, de um lado, estamos a fazer um esforço para liquidar todos os restos das grandes propriedades, estamos, por outro lado, também a fazer um esforço para evitar o minifúndio, as minipropriedades que também produtivamente não dão absolutamente nada. Este é um aspecto.

Nós elaborámos já uma lei sobre a reestruturação agrária e sobre a renda rural. Dantes predominava aqui o sistema dos 50 %, os chamados mieiros, em que o indivíduo trabalha e dá ao proprietário a metade do seu produto. Neste momento, estamos a fazer um esforço para a liquidação desse tipo de relações e para instituir a renda. Mas tudo isso complica-se com a seca. O problema agrário em Cabo Verde é bastante difícil. A seca veio complicar todo o processo em curso. Mas resumindo, o Estado adquire as grandes propriedades com uma indemnização e vai estimulando a criação de cooperativas. As relações sociais que dantes existem, da dependência dos parceiros e dos pequenos arrendatários em relação aos grandes e em relação aos comerciantes, tudo isso desapareceu completamente em Cabo Verde. Podem existir algumas sequelas, mas as relações desapareceram completamente com a independência. Com o trabalho do Partido e com a instalação de novas instituições, os tribunais populares, com a criação das novas estruturas do poder, desapareceu e vai desaparecendo cada dia mais. Mas ao mesmo tempo o Estado tem propriedades próprias. A tendência é: se, de um lado vamos fomentando a criação de cooperativas, do outro vamos manter algumas propriedades do Estado que têm por objectivo produzir determinados tipos de produtos agrícolas e ao mesmo tempo, investigações e introdução de novas técnicas na agricultura. Nas cidades o sistema é o mesmo, embora haja actividades pri-

vadas numa escala relativamente pequena, e grande em certos domínios.

Nós dividimos os domínios em estratégicos e não estratégicos. Nos domínios estratégicos todas as acções dentro desses sectores pertencem ao Estado. E nos sectores não-estratégicos, os particulares poderão ter a sua actividade. É assim que, no pequeno comércio há uma predominância do sector privado. No comércio de importação o Estado domina a maior parte dos sectores como por exemplo o alimentar e de medicamentos, e algum material de construção. Há o que podemos chamar uma economia mais ou menos mista nestes sectores. Há uma actividade privada, mas a actividade estatal é dominante. No que se refere à intervenção dos trabalhadores na vida das empresas, isto está numa fase bastante embrionária, porque elas existem em número bastante reduzido. Mas nós publicámos há bem pouco tempo as bases gerais das empresas públicas em que se prevê a participação dos sindicatos por conselhos de administração das empresas. Quer dizer, há aí nesse aspecto uma participação dos trabalhadores através da sua organização sindical. Isso leva-nos também, de outro lado, a fazer um esforço bastante grande no sentido de dinamizar as actividades sindicais e lançar dentro de pouco tempo nos três, quatro ou cinco meses a Central Sindical dos Trabalhadores de Cabo Verde. Nós não podemos dizer que tenhamos feito transformações grandes de base mas estamos num processo de transformação.

«OS CABOVERDIANOS QUE VIVEM FORA CONSTITUEM UMA PARTE DA NOSSA POPULAÇÃO»

Referindo-se em seguida ao aspecto da imigração, o Primeiro-Ministro Pedro Pires anunciou os princípios fundamentais da política do PAIGC e do Governo de Cabo Verde sobre o assunto:

— A política do Governo de Cabo Verde sobre imigração é mais ou menos a seguinte: nós não podemos pensar em fazer regressar a Cabo Verde os imigrantes. Eles são em número bastante elevado. Nós temos bastante desemprego no país e teríamos dificuldades em absorver ou reintegrar os imigrantes regressados. Não fazemos uma política de estímulo ao regresso de caboverdianos. Mas, no entanto, nós pensamos que os caboverdianos que vivem fora constituem uma parte da nossa população, do nosso povo. É preciso defender os seus interesses e dar-lhes uma cobertura diplomática. É assim que instalámos as primeiras representações diplomáticas, essencialmente nos países onde existe uma grande comunidade caboverdiana, no sentido de dar esse apoio a essa comunidade e exercer uma certa influência política e cultural sobre essa comunidade. Política para que conheçam o processo em curso no país e apoiem esse processo. Cultural para que mantenham relações com o país de origem, com o nosso país.

Mas podemos pensar num regresso selectivo. A medida que vamos tendo necessidade de certos especialistas, de certos quadros, podemos ir buscar esses quadros à imigração, na medida que se mantêm esses laços com a nossa imigração.

Mas há outro problema. Os imigrantes geralmente não seguem realizar algumas poupanças nos países ou na acumulação de capital para o desenvolvimento do país? Nós pensamos que sim e uma das razões também porque mantemos as relações com a nossa imigração é que ela pode também ter algum interesse económico. Fazendo com que esses imigrantes possam investir uma parte da poupança deles na nossa terra, dentro do quadro do programa do nosso desenvolvimento económico e social. Há também esse objectivo: atrair para Cabo Verde parte da poupança da nossa imigração. Nós estamos elaborando toda uma política nesse sentido e permitir a participação da nossa imigração nas empresas mistas. As grandes empresas que nós vamos construir, algumas serão mistas. Então nessas empresas mistas, há uma parte do capital que é reservada à imigração. A imigração tem tido também algum papel no envio das suas poupanças para ajudar as suas famílias. De facto, tem permitido a entrada de uma certa quantia em divisas em Cabo Verde. Há em relação à nossa imigração,

um interesse nacional porque nós somos compatriotas, há o interesse cultural, político mas também há algum interesse económico. É nesse aspecto que nós vamos realizar o primeiro encontro nacional dos imigrantes que vai permitir uma discussão sobre a situação da imigração, os seus problemas e a maneira como nós, em Cabo Verde, podemos ajudar a resolução desses problemas.

NÃO É VIÁVEL A UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE SEM UMA BASE MATERIAL

A terminar, Pedro Pires informou sobre os progressos havidos, desde a realização do III Congresso do PAIGC no processo de Unidade Guiné-Cabo Verde.

— O III Congresso abordou, estudou essa questão, e elaborou uma linha de acção. Nós pensamos que a unidade deve passar pela construção da sua base material. Queremos dizer que é preciso elaborar toda uma política de desenvolvimento que tenha em consideração a unidade. Através do desenvolvimento da complementaridade económica. Mais do que isso pensamos que para garantir a unidade temos de estabelecer relações económicas, culturais e outras e temos de criar uma série de interesses materiais.

Outro aspecto importante da unidade é a ligação. Há uma distância a vencer entre a Guiné e Cabo Verde: são mil e tal quilómetros. Não se pode pensar na unidade sem pensar na sua base económica, no seu suporte. Para tal, é necessário desenvolver as relações económicas, o comércio e melhorar grandemente as comunicações, sejam elas telefónicas, telegráficas mas também marítimas e aéreas. É nesse sentido que nós constituímos uma empresa mista de navegação marítima, e um dos seus objectivos é garantir a ligação regular marítima entre Guiné e Cabo Verde e garantir o desenvolvimento do comércio entre as duas partes e garantir a realização da complementaridade no desenvolvimento económico. No que se refere às instituições, nós temos o Partido que dirige os dois Estados, o da Guiné e o de Cabo Verde, o da Guiné criámos aquilo a que chamamos o Conselho da Unidade que é uma instituição que prevê das duas assembleias que constitui um Conselho que deverá debruçar-se sobre essa questão, no aspecto de institucionalizá-la. Mas, ao mesmo tempo, temos uma Conferência intergovernamental que já é uma instituição a nível dos dois governos, que se reúne

duas vezes ao ano para tratar de todas as questões para a materialização das recomendações do III Congresso. O III Congresso recomendou, sobretudo, criar as bases materiais para a unidade e estreitar as relações a nível das instituições, portanto, das assembleias e governos.

NÃO CREIO QUE SEJA VIÁVEL A CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO COMO A CONCP

Interrogado em primeiro lugar sobre a viabilidade de um projecto de constituição de um organismo intergovernamental que coordene as acções dos países africanos, dirigidos pelos Partidos que integram a CONCP, Pedro Pires respondeu:

— A CONCP deixou de existir quando em 1976, em S. Tomé, fizemos uma reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros. Chegou-se à conclusão que não era possível as nossas relações ficarem a reger-se pelas normas que regiam as mesmas relações dentro da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. O próprio nome, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, fez com que, assim que ascendessemos à independência, essa conferência morresse automaticamente. Era uma Organização de países não independentes que estavam a lutar pela conquista da independência. Assim que a conquistaram, a organização deixou de ter razão de existir.

Agora o problema que se põe é: será viável ou recomendável uma organização que agrupe os mesmos países sem novo estilo, dentro de novos moldes?

Não creio que seja viável a criação de uma organização desse estilo. Porquê? Porque a situação geográfica de cada país é diferente e os seus problemas são próprios, em cada área; uns estão na África Ocidental, outros na Oriental. Cada um desses países tem problemas seus, próprios, de acordo com a sua vizinhança, isto é, os países que estão a sua volta, cujas economias possam até ser complementares. As economias completam-se. Portanto, ser-nos-ia bastante difícil uma cooperação económica de um país que se situa como o nosso, já na África Ocidental, bastante ao Norte e, ter relações económicas viáveis, intensas, com países como Moçambique. A própria distância não recomenda certo tipo de relações.

Ora, durante a luta de libertação nacional, não existiam esses problemas porque mesmo querendo

ou não querendo, havendo distâncias ou não havendo havia um inimigo comum. O problema era mais ou menos idêntico e isso permitia uma solidariedade, e se queremos chamar assim, automática. Quer dizer, com o facto de estar a lutar, ou de termos estado a lutar, fazíamos a mesma coisa e tirávamos os mesmos efeitos, que era de vencer o inimigo. Havia uma conjugação de esforços, querendo ou não querendo. Havia o mesmo inimigo, e bastava que fizéssemos algo ao inimigo aqui, para ter repercursões no outro lado. A solidariedade era muito mais fácil e muito mais simples. Do lado internacional havia todo um esforço comum conjugado, para isolar o inimigo e para obter os meios.

Era muito mais fácil, na luta de libertação nacional o desenvolvimento da solidariedade, das relações políticas entre as nossas organizações, porque também éramos só nós que estávamos a lutar. Os outros países já estavam independentes e mesmo que não fossem independentes, não estavam sob a mesma dominação.

Portanto, aí, de uma maneira ou de outra nós éramos obrigados a ser solidários e ter uma organização que pudesse coordenar e conjugar os nossos esforços.

Mas, neste momento, nós todos estamos independentes e todos os países africanos têm problemas para a conquista da independência económica. Todos somos países subdesenvolvidos, todos somos países africanos com problemas idênticos ou similares. Portanto, há já uma possibilidade de cooperação a nível regional ou sub-regional. A situação é assim um bocado diferente ou até mesmo bastante diferente da situação de luta de libertação nacional. Mas isso não significa que esses factos venham a afastar-nos uns dos outros. Não defendo isso. Antes pelo contrário, eu acho que, devido às relações que tivemos durante a luta de libertação nacional, há condições, há factores, que nos levam a aproximarmos-nos uns dos outros. Além dos factores que possam levar a uma certa cooperação regional, sem termos em consideração o facto de havermos lutado juntos, há outros factores que nos aproximam. Um deles é o de termos termos objectivos idênticos, de termos todos nascido de uma das lutas de libertação mais radicais de todo o continente africano, de as nossas organizações políticas, os nossos partidos políticos, terem objec-

(Continua na pág. 8)



ano de implantação de estruturas

Educar-nos a nós próprios, educar os outros, a população em geral para combater o medo e a ignorância, para eliminar a pouco e pouco a submissão diante da natureza e das forças naturais que a nossa economia ainda não dominou.

AMILCAR CABRAL

Guiné-Bissau Estruturas do sistema de ensino

A este nível ainda os Trabalhos Oficiais, permitem uma complementaridade na mente da criança, entre teoria e meios práticos necessários à sua aplicação, pois que o aluno poderá confeccionar os sólidos geométricos para a aula de Matemática, as lamparinas para Química/Biologia, os recipientes para líquidos, etc. A contribuição dos Trabalhos Oficiais é portanto valiosa para a Física, Química, Biologia, além de possibilitar a aquisição de gestos técnicos simples, como orientação profissional posterior.

No contexto da Língua Oficial, o português, sendo o instrumento necessário na fase actual, para um progresso rápido do País, é numa situação perfeita de bilinguismo que se deve procurar atingir os objectivos (um ensino de qualidade e uma melhor inserção na cultura técnico-científica), atendendo ainda que irá assumindo cada vez mais estatuto de língua estrangeira.

2. — Um ENSINO SECUNDÁRIO, dividido em duas etapas:

Ensino Geral Polivalente de três anos, que, tal como está representado, a médio termo passará a ser ministrado num único tipo de escola, polivalente.

Neste momento havendo necessidade de uma formação profissional paralela, esta versará os sectores Agropecuária, Indústria, Saúde, Administração e Comércio, Construções, Docência (professores de 1.º ciclo do Ensino Básico).

Nova pedagogia do ensino do português em Cabo Verde

Antigamente, considerava-se um bom professor de línguas aquele que transmitia o maior número de vocábulos aos seus alunos. Estes, quando eram realmente aplicados, possuíam todos um caderno de significados», em que anotando os vocabulários adquiridos. Por vezes esse vocabulário constava de uma série de palavras pouco usadas, portanto pouco úteis para o aluno.

Alguns compêndios agrupavam longas listas de vocábulos à volta de centros de interesse que, quase sempre, eram os mesmos: a casa, a escola, o vestuário, etc. Claro que, dessa maneira, um jovem recém-chegado a um país estrangeiro seria incapaz de pedir um prato de comida, mas poderia repetir maquinalmente uma série de palavras relacionadas com a palavra-chave restaurante.

Como sabemos, uma língua é um meio de comunicação. Ora, para comunicar, não precisamos de reter um número infinito de vocábulos. Necessitamos, sim, de estar na posse de

um pequeno número de palavras bem concretas, as quais poderão precisar as circunstâncias de uma acção (associação linguagem — situação).

Por isso, o aluno que aprende uma língua estrangeira deve ser guiado, na aprendizagem dessa língua, para um objectivo preciso. Ele deverá adquirir conhecimentos que lhe sejam imediatamente úteis e que lhe sejam transmitidos uma orientação tal que ele os possa aplicar a uma série de situações concretas. Assim, o aluno deve começar por aprender apenas o que é fundamental, isto é,

aquilo que constitui o uso.

Ora, quando falamos de uso referimo-nos à língua usual; não ao vocabulário geral de relações (verbos substantivos, adjectivos, advérbios, etc.), ligados de molde a formar um determinado enunciado linguístico.

(Lembramos que o que interessa em primeiro lugar é a comunicação e, para não falsear a realidade da comunicação, não se devem separar os enunciados linguísticos das suas condições normais de uso. É pois indispensável associar esses enunciados linguísticos às situações nas quais são produzidos).

Desporto internacional

Breves notícias

NATAÇÃO: RECORDE DO MUNDO

BERLIN — A nadadora da Alemanha Democrática Bárbara Krause estabeleceu um novo recorde do mundo dos 200 metros livres femininos, no domingo passado, em Berlin Oriental, capital da RDA.

Bárbara Krause, que realizou a sua grande proeza nos campeonatos de natação da RDA, melhorou em 22 por cento, o antigo recorde do mundo que Cornélia Ender obteve na final dos 200 metros, nos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976.

AUTOMOBILISMO

LE CASTELLET — O americano Mário Andretti (Lotus) leva um grande avanço no comando da classificação do campeonato do mundo de condutores, Grande prémio de França «Fórmula 1», cuja classificação actual é a seguinte:

1.º Mário Andretti, 45 pontos; 2.º Ronnie Paterson (Suécia), 36 pontos; 3.º Niki Lauda (Áustria), 25 p; 4.º Patrick Depailler (França), 23 p; 5.º Carlos Reutemann (Argentina), 22 p; 6.º John Watson (Irlanda) 12 p; 7.º Jacques Laffite (França), 10 p; 8.º Ricardo Patrese (Itália), Jody Scheckter (África do Sul), e James Hunt (Grã-Bretanha), todos com 8 p; em 9.º lugar, Emerson Fittipaldi (Brasil), 7 pontos.

ATLETISMO

LEIPZIG — A atleta da Alemanha Democrática Marita Koch estabeleceu um novo recorde do mundo dos 400 metros livres feminino, ao realizar 49 segundos e 19 décimos, no domingo passado, em Leipzig, no decurso dos campeonatos da RDA.

Marita Koch melhorou em 10 por cento o record da polaca Irena Szewinska, que esta detinha desde 9 de Julho de 1976, nos Jogos Olímpicos de Montreal. Marita Koch já detinha o recorde do mundo dos 200 metros, com 22.06 segundos.

A Educação e trabalho em Cuba

As escolas pré-columnares recebem jovens de treze a dezassete anos de idade, que serão futuros **columnistas**. Estes estabelecimentos escolares permitiram fazer uma interessante experiência pedagógica com três mil adolescentes insuficientemente instruídos nas dezasseis escolas, cujo programa combina os estudos com o trabalho agrícola e industrial...

O Governo revolucionário caprichou em conferir às escolas de sistema paralelo o mesmo prestígio social de que desfrutam os outros estabelecimentos do país. Com semelhante objectivo, pôs a sua disposição recursos análogos e os organismos populares da educação, bem como os serviços de formação dos diversos ministérios e empresas, atribuem aos seus alunos as mesmas atenções e os mesmos estímulos.

Foi deste modo que se estabeleceram os princípios fundamentais do desenvolvimento harmonioso e integral do novo sistema, que não é um sistema correctivo mas complementar, abrindo assim a via de uma educação permanente correspondente às necessidades, particularidades e possibilidades de um país que se propõe sair rapidamente da era do subdesenvolvimento e compreende que, como dizia o comandante Ernesto Guevara, «quanto mais depressa avançarmos no caminho da acção, mais rápido e mais curto será o período de transição».

O Ministério da Educação estabeleceu um projecto de lei que define a estrutura, objectivos e funcionamento do sistema paralelo. Esse projecto de lei precisa as relações entre os organismos educativos e os organismos de produção, bem como a organização do sistema de ensino e as condições de integração na mão-de-obra dos jovens que obtiveram as qualificações requeridas e/ou atingem a idade do trabalho.

O sistema paralelo do ensino oferece pois as mesmas possibilidades de melhoria cultural que o sistema normal e recupera um grande número de jovens numa situação em que outora eram dados por perdidos, permitindo-lhes assim participar conscientemente com satisfação na obra de reforma social e de produção de riquezas...

A educação pré-escolar Ensinar antes da idade escolar

Em 1966 foi publicado um livro apodado de «revolucionário» e que fez na realidade, muito barulho, tanto no âmbito da imprensa como junto do público. Sob um título provocante, vulgariza ideias relativamente novas, pouco conformes, pelo menos, com os hábitos escolares ou familiares, sobre as possibilidades de aprendizagem precoce por parte de crianças muito pequenas. Sob uma forma prática e precisa, propõe um verdadeiro programa pormenorizado do ensino pré-escolar. A partir dos dois anos, ensinar-se-á a criança a distinguir a esquerda da direita (a generalização e a

«relativização» destes pontos de referência espaciais exigirão ainda um ou dois anos); ensinar-se-lhe-á também a contar, isto é, a dizer por ordem os números de 1 a 5 ou a 10, associando, progressivamente, a respectiva recitação a coordenação com um gesto ou um acção qualquer, prelúdio da enumeração e, sobretudo, de uma «aritmética» elementar, que prosseguirá metodicamente ao longo do terceiro e quarto anos. A aprendizagem da leitura começará, cerca dos dois anos e meio, por exercícios de percepção e verbais sobre a discriminação das maiúsculas (a letra pequena será um pouco mais

tarde: trinta e quatro meses). Leitura (associação de grafias e de sons), aritmética (adições e subtrações, contagem regressiva, símbolos numéricos), noções práticas (nomes e moradas, dias da semana e meses do ano) progredirão rapidamente no decurso do quarto ano e chega a propôr-se, a este nível, verdadeiras lições sobre os temas mais diversos (identificar, em mapas ou livros adequados, os planetas ou animais pré-históricos, explicar o funcionamento de aparelhagens simples).

(Continua no próximo).

Yémen do Sul repeliu ataques na sua fronteira

BEIRUTE — «As forças armadas sul-yemenitas, apoiadas pela milícia, conseguiram retomar as regiões ocupadas no domingo passado pelas forças reaccionárias», anunciaram na segunda-feira fontes progressistas em Beirute.

Estas fontes precisaram que o ataque lançado contra o Yémen do Sul coincidiu com a decisão tomada no domingo por certos países da Liga Árabe de congelar as suas relações diplomáticas e económicas com o governo de Aden.

As forças sul-yemenitas conseguiram também capturar alguns mercenários com as respectivas armas. Indicou-se por outro lado, que se intensificaram as concentrações de tropas ao longo das fronteiras da República Democrática e Popular do Yémen (sul). Sublinhou-se assim que tropas iranianas e omanesas tomaram posições na terceira província do sul-yemenita, limítrofe do sultanato de Oman. Na quarta província, limítrofe ao Yémen do Norte, tropas norte-yemenitas e mercenários

tomaram posições, enquanto que forças sauditas encontram-se na fronteira com a Arábia Saudita.

Indicou-se finalmente que reforços militares sauditas dirigiram-se por mar para o porto norte-yemenita de Hodeida no Mar Vermelho.

EMISSARIO NO DJIBUTI

O conselho da Liga Árabe reunido no domingo no Cairo a pedido do Yémen do Norte, decidiu «congelar» as relações diplomáticas dos países árabes com o Yémen do Sul e suspender as relações económicas e a assistência financeira a este país. O regime de Aden foi considerado culpado do assassinato, a 24 de Junho último, do presidente norte-yemenita, tenente Al Ghachmi.

Contudo este conselho da

Liga Árabe foi boicotado pelo Yémen do Sul que rejeitou todas as acusações. Os três países membros da «Frente de Firmeza» (Síria, Líbia e Argélia) assim como o Iraque e a OLP também boicotaram o conselho da liga.

Entretanto, o governo do Yémen do Sul manifestou a sua vontade de estabelecer relações fraternais entre os dois Yémens, de resolver todos os problemas pelo diálogo, evitando assim uma confrontação que só será benéfica aos inimigos do povo yemenita.

Esta posição do regime de Aden foi revelada por Nasser Ali, membro do Bureau Político e ministro do Trabalho do Yémen do Sul, portador de uma mensagem do presidente do Conselho presidencial e do Primeiro Ministro sul-yemenita Ali Nasser Mohamed, para o chefe de Estado do Djibuti, Hassan Gouled Aptidon. — (FP)

Continua a colonização judia da Palestina

JERUSALÉM — Isreal criou nos últimos 12 meses, mais 35 pontos de colonização na Palestina ocupada, 13 deles no Cisjordânia. precisou na segunda-feira o ministro sionista da Agricultura Ariel Sharon, que também é presidente da Comissão de Implantação.

Sharon sublinhou que essas 13 aldeias foram criadas para responder às necessidades de «segurança de Israel». «Com efeito, disse, a presença de judeus nos territórios é necessária para assegurar esta segurança e, portanto, para levar a paz». «Na realidade, acrescentou o ministro, a implantação é um processo contínuo de há cem anos, e não fazemos mais que continuá-la».

Por seu lado, Yasser Arafat, presidente do comité executivo da OLP, advertiu anteontem o Iraque contra o prosseguimento da sua política, que visa «apunhalar a resistência palestina pelas costas».

Falando para os quadros da Informação, Arafat sublinhou que a Resistência palestina também podia

ameaçar do mesmo modo que está a ser ameaçada. Comentando as críticas formuladas recentemente pela Casa Branca contra a OLP e mais precisamente contra o «Fatah», Yasser Arafat disse.

«Os ataques da Casa Branca mostram até que ponto o «Fatah» é capaz de influir no curso dos acontecimentos no Próximo-Oriente e de se opor às conspirações imperial-sionistas».

MERCENARIOS SIONISTAS NA RODESIA

O semanário árabe «An Nahar Arabe et International» anunciou que a Arábia Saudita pediu à Alemanha Federal para reconhecer a OLP e para aceitar a abertura de um bureau desta organização em Bona.

Mercenários sionistas participam na instrução de pilotos de Ian Smith na Rodésia, indicou Robert Mugabe, um dos líderes da Frente Patriótica do Zimbábue, numa entrevista concedida ao «Tempo» de Moçambique.

Encontro franco-soviético condena bomba de neutrões

PARIS — Um encontro franco-soviético consagrado aos problemas da bomba a neutrões e do Desarmamento, realizado em Moscovo de 14 a 15 de Junho último, considerou que a bomba a neutrões agravaria a ameaça militar e bloquearia os progressos do desarmamento na Europa.

Anteontem de manhã, três dos participantes

franceses neste encontro tornaram públicas as conversações realizadas por iniciativa das Associações França-URSS, URSS-França e do Comité Soviético para a Cooperação e Segurança na Europa.

Estas três personalidades apresentaram à imprensa o comunicado publicado no final das conversações. Os partici-

pantes nas conversações de Moscovo são partidários da necessidade de explicar à opinião pública dos dois países, todos os perigos que acarreta a produção da arma a neutrões e o seu armazenamento na Europa. Tomaram parte no encontro, cientistas, militares e políticos da França e da União Soviética. — (FP)

Angola

Fim do seminário de rectificação política

LUANDA — O segundo seminário nacional do «Movimento de Rectificação» terminou no fim da semana passada em Cabinda, sob a presidência de Lúcio Lara, secretário da Organização do comité central do MPLA-Partido do Trabalho.

Segundo o «Jornal de Angola», este seminário, no decorrer do qual foi feito o balanço de um mês e meio de actividade, permitiu descobrir que de um modo geral «a realização de seminários provinciais era a forma mais activa e militante da aplicação dos princípios bases lançados pelo primeiro seminário nacional».

Segundo o «Jornal de Angola», no encerramento desta reunião, marcada por um discurso do comandante Pedro Maria Tonha «Pedalé», foram aprovadas duas moções de apoio às comunicações ao país feitas pelo presidente Neto, particularmente sobre Kassinga e a cimeira de Bissau.

Entretanto, Luanda acaba de decidir a criação de uma nova província no Este do país, anunciou, no princípio desta semana, o Primeiro-

Ministro Lopo de Nascimento.

Esta nova divisão, «de carácter político-administrativa e que se refere à região diamantífera de Angola, segue-se a uma comunicação do presidente Neto aquando do 1.º Congresso do MPLA que estabelecia a criação de uma província mineira nesta região».

A província de Lunda Norte, limitada a Norte e a Este pelo Zaire, será constituída por nove «municípios» e a sua base económica estará assente «fundamentalmente» na exploração do diamante. A nova capital será Lukapa. A província contará 103 mil quilómetros quadrados e 210 mil habitantes. A província de Lunda Sul, cuja capital éaurimo, terá uma superfície de 77.637 quilómetros quadrados e 98 mil habitantes.

Ainda de Luanda, chegam notícias de que o presidente Agostinho Neto acaba de enviar aos seus homólogos argelino e nigeriano uma mensagem na qual trata de algumas das situações existentes actualmente no continente africano — (FP)

Etiópia: apelo à criação de um partido operário

ADDIS-ABEBA — O quarto congresso do Conselho Administrativo Militar Pro-

visório (Derg) lançou na semana passada um apelo à unificação rápida das orga-

nizações marxista-leninistas a fim de prepararem a formação de um partido operário etíope.

No final da reunião consagrada ao estudo da situação política nacional e internacional, o congresso considerou que a ausência de um partido operário era uma séria desvantagem para a revolução etíope.

★ FAO ajuda a Etiópia

ADDIS ABEBA — O director da FAO aprovou um plano de ajuda aos 250 mil etíopes vítimas da seca. A Comissão Económica para África (ECA) indicou num comunicado de imprensa que esta ajuda no valor de dois milhões de dólares, permitirá alimentar 250 mil pessoas durante cem dias. — (FP)

★ Ratsiraka em Argel

ARGEL — O presidente malgache Didier Ratsiraka, encontra-se desde ontem em visita oficial de amizade e trabalho na Argélia. A chegada do chefe de Estado do Madagáscar à capital argelina coincidiu com a celebração do 16.º aniversário da independência da Argélia. — (FP)

★ Défice comercial em Portugal

LISBOA — O défice da balança comercial de Portugal aumentou para 53 bilhões de escudos no final dos cinco primeiros meses deste ano, indicou o Instituto Nacional de Estatísticas. Esta soma aumentou 12 bilhões de escudos em relação ao défice registado para o mesmo período no ano passado. — (FP)

Pacto latino-americano para exploração do Amazonas

BRASÍLIA — Um tratado de cooperação que visa o aproveitamento da região do Amazonas — o pacto amazónico — foi assinado na segunda-feira na capital brasileira pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de oito países latino-americanos.

Este pacto, tinha sido pro-

posto pelo Brasil em Março de 1977 à Bolívia, à Colômbia, ao Equador, à Guiana, ao Perú, ao Surinam e à Venezuela.

Tem por objectivo promover o «desenvolvimento integral» do Amazonas, nomeadamente em matéria de comunicações, de transpor-

tes fluviais, da exploração dos recursos naturais e da política sanitária, criando um mecanismo de cooperação técnica entre os países signatários.

O pacto foi assinado no palácio do Planalto na presença do presidente brasileiro, general Ernesto Geisel. (FP)

REUNIAO INTER-AFRICANA DE ENSINO TECNICO

ABIDJAN — Uma reunião inter-africana de responsáveis do ensino técnico e de formação profissional, organizada sob os auspícios do Bureau Internacional do Trabalho (BIT), começou na segunda-feira em Abidjan. Quinze países participaram neste encontro cujo objectivo principal é a criação de um centro inter-africano para o desenvolvimento de formação profissional (C.I.D.F.O.R.).

Este centro permitirá reunir as experiências de diversos países. Os trabalhos de conferência, que terminam hoje, tiveram a presença de delegados da Guiné, do Mali, do Gabão, do Senegal, do Togo, do Benin, do Alto Volta, do Níger, dos Camarões, do Congo, do Zaire, do Império Centro-africano, do Tchad e da Costa do Marfim. — (FP)

GHANA: CRIAÇÃO DA LIGA JUVENIL

ACCRA — O governo do Ghana pretende criar uma liga nacional para a juventude que reagrupe todos os jovens trabalhadores.

Num comunicado publicado, na passada sexta-feira, o governo precisou que as bases deste projecto serão anunciadas logo que estiverem pontas. Ainda segundo o comunicado, o governo prepara um plano que prevê o usufruto pelos trabalhadores de, pelo menos, 10 por cento das acções das suas empresas. — (FP)

COMITE DE LIBERTAÇÃO DA OUA

DAR-ES-SALAM — O tenente-coronel Moses M'Nanyika, secretário de Estado de Defesa, acaba de ser nomeado secretário executivo do Comité de Libertação da Organização de Unidade Africana (OUA), soube-se, no sábado passado, em Dar es-Salam, de fonte diplomática. Ele sucede, neste cargo, um outro oficial tanzaniano, o tenente-coronel Hashim M'Biti.

O Comité de Libertação da OUA tem a sua sede na capital tanzaniana. O seu secretário executivo é directamente nomeado pelo chefe de Estado do país hóspede, o presidente Julius Nyerere. (FP)

KOSSYGUINE NO SOVIETE SUPREMO

MOSCOVO — Alexis Kossyguine, chefe do governo soviético, lançou um apelo para o aumento das relações comerciais soviético-americanas, no seu discurso de terça-feira perante o Soviete Supremo da URSS. «O comércio com a União Soviética representa apenas dois por cento do comércio total dos Estados Unidos com os outros países estrangeiros», declarou Kossyguine, acrescentando que isto significa que a cooperação com os Estados Unidos «está no princípio». — (FP)

3.º aniversário da independência de Cabo Verde

(Continuação da 1.ª página)

todos os níveis, organizando o aparelho de Estado, lançando bases para desenvolvimento económico e estabelecendo relações de amizade e de cooperação com todos os países e povos do mundo.

No entanto, nesta luta, a consciência de cada cabo-verdiano será, como diria o camarada Aristides Pereira no dia da sua nomeação para o cargo de Presidente da República de Cabo Verde, «um baluarte contra os inimigos da nossa liberdade; a casa de cada família caboverdiana será uma trincheira de valorosos combatentes pela defesa das nossas conquistas revolucionárias; cada um dos nossos filhos educados na liberdade levantará um caboverdiano novo que queremos ver nascer, assim como disse o poeta, com o futuro na palma da mão.»

COMEMORAÇÕES

O nosso povo na Guiné festejou os três anos da independência da República irmã de Cabo Verde como se da independência da Guiné-Bissau se tratasse.

Em Bissau, ontem 5 de Julho, teve lugar no fim da tarde no «Salão do III Congresso», uma sessão evocativa do significado da data, promovida pela Escola Nacional de Formação Política e Ideológica do Partido. Esta cerimónia, que contou com a presença do camarada Francisco Mendes, membro da Comissão Permanente do CEL do Partido e Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado e vários dirigen-

tes do Partido e Estado foi preenchida por um programa cultural. Na segunda parte usaram da palavra os camaradas José Pereira, Secretário-Geral da UNTG, que falou sobre: «Os trabalhadores e a luta pela reconstrução nacional» e Manuel Boal, Secretário-Geral do Comissariado de Estado da Saúde e Assuntos Sociais, que abordou o tema: «Relações entre os dois Estados à luz do processo da Unidade Guiné-Cabo Verde.»

Na nossa próxima edição contamos dar uma imagem do que foi a sessão comemorativa do 5 de Julho em Bissau.

Ainda, por ocasião da celebração da festa da independência da República irmã de Cabo Verde o camarada Francisco Mendes, Comissário Principal enviou uma mensagem de felicitações ao seu homólogo caboverdiano, camarada Pedro Pires. No seu telegrama o camarada Francisco Mendes saúda todos os membros do Governo de Cabo Verde pelos sucessos conseguidos na difícil tarefa da «construção de uma Pátria nobre, feliz e próspera tal como o desejou o nosso líder imortal, camarada Amílcar Cabral.»

Entretanto, a terminar o telegrama acrescenta: «Pasquistas vitoriosas do povo irmão de Cabo Verde, façam votos para que, na aplicação prática das decisões do III Congresso encontremos as vias mais justas para a defesa intransigente da unidade ideológica do Partido — o PAIGC, para um desenvolvimento harmonioso e complementar das nossas economias, passo importante no avanço dos trabalhos conducentes à concretização do nosso sonho mais nobre — a Unidade de Guiné-Cabo Verde.»

te uns meses em toda a área da nossa terra, deve constituir uma acção permanente das nossas populações.»

Por outro lado, no dia 2 de Julho, domingo, os trabalhadores de Bissau e toda a população organizou uma jornada de trabalho voluntário de plantação de árvores nos arredores do aeroporto. Durante toda a manhã, dirigentes e responsáveis do Partido e do Estado bem como centenas de pessoas limpam o terreno e plantaram árvores de fruta.

RECTIFICAÇÃO

Na última edição do nosso jornal, no título da primeira página houve um erro tipográfico. Portanto onde se lê «Dia Internacional da Arvore» deve ler-se «Dia Nacional da Arvore.»

Homenageados os membros da Associação de Amizade Guiné-Bissau/RDA

Numa recepção, oferecida no fim da tarde de sexta-feira na Embaixada da República Democrática Alemã, o camarada embaixador daquele país em Bissau, Kurt Roth homenageou com a medalha da Liga de Amizade entre os povos, o camarada Agostinho Cabral de Almada (Gazela), Presidente da Associação de Amizade Guiné-Bissau-RDA, Avito José da Silva, Secretário-Geral daquela Associação e o camarada Fidélis Cabral de Almada que deu grande contribuição para a fundação da Associação.

Na cerimónia em honra da Associação de Amizade Guiné-Bissau-República De-

mocrática Alemã, encontravam-se presentes os camaradas José Araújo, membro do CEL do Partido e Secretário Executivo do CEL, Otto Schacht, membro do CEL do Partido e Secretário do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, Juvêncio Gomes, Presidente do Comité de Estado do Sector Autónomo de Bissau, além de outros dirigentes do Partido e Estado, bem como convidados.

Ao usar da palavra, o embaixador Kurt Roth anunciou a todos os presentes o fim da sua comissão de três anos como diplomata do seu país na Guiné-Bissau, para afirmar seguida-

mente que «trabalhara todo o tempo, fizera todo o seu trabalho como um militante». Fiz e farei tudo para que as relações entre a Guiné-Bissau e a RDA sejam cada vez mais estreitas porque são relações tradicionais», acrescentou. Referindo-se à Associação de Amizade disse que tem muitas possibilidades e muito trabalho a desenvolver.

Respondendo em nome da Associação de Amizade, o camarada Gazela agradeceu ao embaixador tudo o que este tem feito em prol do avanço desta organização de amizade entre os dois povos.

Delegação do Banco Mundial

Encontra-se na nossa capital uma delegação do Banco Mundial, chefiada pelo senhor Paul M. Cadario e composta pelos senhores CJD Lane e Peter Koenig. O objectivo da visita desta delegação ao nosso país é de discutir a relação dos projectos que vão ser financiados pelo Banco Mundial, respeitantes à conservação e melhoria das nossas estradas.

Entretanto, já teve lugar uma primeira reunião de discussão dos termos de referência relativos ao projecto, no Comissariado de Estado do Desenvolvimento

Económico e Planificação, sob a direcção do camarada Comissário Vasco Cabral. Além do camarada Aboubacar Touré, Director-Geral das Relações Económicas Internacionais do mesmo Comissariado, participaram nessa reunião representantes dos Comissariados das Obras Públicas Construção e Urbanismo, dos Transportes, das Finanças e do Banco Nacional.

Esta delegação do Banco Mundial permanecerá em Bissau cerca de duas semanas e realizará ainda reuniões com os diferentes departamentos ligados ao projecto.

Cimeira de Tripoli

Continuação da pág. 1.º

res, assim como um projecto do período da retirada das forças francesas do Tchad.

A delegação governamental tchadiana na conferência é representada por Kamougue Wadal Abdokader, ministro dos Negócios Estrangeiros, a da Frolinat é presidida por Ibrahim Youssef, segundo vice-presidente da frente e encarregado das relações exteriores, Ali Abdessalam Triki, ministro líbio dos Negócios Estrangeiros representa a Jamahyria e Moumouni Adamou Djermakoye, ministro nigerino dos Negócios Estrangeiros, conduz a delegação do Níger. (FP)

Cimeira da OUA em Kartum

(Continuação da 1.ª página)

seriamente nos seus problemas e procurar encontrar para eles soluções africanas. Não podemos admitir que soluções para problemas africanos sejam decididos em outras capitais que não sejam africanas. É esta a nossa posição face a este problema, que vamos defender nesta reunião», acrescentou Victor Saúde Maria.

Outro problema quente na África, que será abordado na cimeira da OUA, é a situação no Sahara Ocidental. Na cimeira da Ilha Maurícia, ficou decidido convocar uma reunião extraordinária, a nível de Chefes de Estado, para estudar o problema do Sahara. No entanto, ultimamente houve uma proposta de a realizar em Libreville, o que não foi possível. Agora, em Kartum, o problema vai ser levantado novamente porque a Argélia pediu a sua inscrição na ordem do dia. Disse o camarada Comissário dos Negócios Estrangeiros: «Pensamos que o problema do Sahara tem que ser resolvido o mais depressa possível porque nós necessitamos de paz nesta região do nosso continente e, da maneira como se estão a de-

senrolar os acontecimentos, está-se a criar uma situação de insegurança dada a participação de certas forças».

Como diria o camarada Victor Saúde Maria, o problema é simples. A partir do momento em que os países que estão em conflito chegaram à compreensão que de facto cada povo deve decidir do seu próprio destino, é fácil encontrar a solução para o problema do Sahara. «Nós vamos insistir no apoio à Frente Polisário e temos a certeza de que esta conferência vai decidir mais alguma coisa para a situação do povo saharauí».

A situação das Canárias também será discutida nesta cimeira. Este problema foi levantado na última reunião de Tripoli. Foi discutido no Comité de Libertação, do qual saiu uma recomendação para ser proposta ao Comité dos 24 de Descolonização das Nações Unidas. Entretanto, falando da nossa posição face às Canárias, Victor Saúde Maria frisou: «Até aqui não reconhecemos nenhum movimento de libertação naquela ilha».

CONFERENCIA DOS NAO-ALINHADOS

Depois de Kartum, a nossa delegação deverá seguir

para Belgrado, onde representará o nosso país na Conferência dos Países Não-Alinhados, a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, que terá lugar de 25 a 29 deste mês, na capital jugoslava.

Nas suas declarações, o camarada Comissário precisou: «Não é a primeira vez que a Guiné-Bissau toma parte na Conferência deste movimento tão importante. Nós vamos tentar mais uma vez dar a nossa contribuição para o reforço dos Não-Alinhados. Claro que há muitos problemas, que enfrentam o nosso e outros continentes, e que vão ser abordados nesta reunião. Penso que vai ser também uma reunião bastante difícil mas, com aquele espírito de colaboração entre os países membros, com aquela consciência que os países membros têm pela defesa deste organismo, pensamos que não deixará de ser um sucesso».

Nesta viagem, o camarada Victor Saúde Maria é acompanhado pelos camaradas Júlio Semedo, embaixador, Lamine Haidará, nosso embaixador no Cairo e Lassaná Touré, do Departamento Africano do Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros.

(Continuação das centrais)

tivos idênticos, de termos vivido uma experiência comum. Eu penso que tudo isso faz com que nos aproximemos uns dos outros. E quanto mais não seja para conhecermos as experiências de cada uma das partes e ver o que é que essas podem aproveitar a cada um dos outros.

Mas, apesar disso, também estou convencido que se poderão desenvolver entre nós, relações de solidariedade, relações de apoio mútuo. Porque, nessas coisas, há o apoio político, o apoio diplomático, poderá haver o apoio económico sem haver uma cooperação económica intensa; porque se nós triunfamos completamente, ou se os nossos objectivos forem cumpridos a cem por cento, com êxito — quero com isto dizer que com a consolidação das nossas independências, o nosso poder económico, a realização das reformas sociais que nós queremos introduzir nos nossos países — vamos dar um impulso a todas as transformações económicas e sociais no continente africano. Se surgir a vitória aqui, transforma-se num apoio a outro país. Se somos fortes no nosso país isso é, estamos certos, um apoio aos outros países. Suponhamos que Moçambique avança rapidamente no sentido do desenvolvimento do país, da consolidação da independência. Isso é um factor importante para a consolidação do processo angolano e para a consolidação da nossa independência em Cabo Verde. Apesar de todas as limitações, de todas as distâncias, de todos os condicionalismos, há, de uma maneira ou de outra, uma solidariedade que se desenvolve entre nós. Mas até que ponto isso poderá servir para a criação de uma organização, esta é a questão.

Eu penso que, de acordo com as recomendações feitas nessa conferência de S. Tomé, nós devemos coordenar, conjugar os nossos esforços, trocar pontos de vista, fazer reuniões como esta que está tendo lugar aqui em Cabo Verde e fazer esforços para estreitar a nossa cooperação e as relações bilaterais, o que poderá conduzir-nos a criar uma situação nova que nos leva a tomar outras posições. Mas eu creio que neste momento nós devemos fazer um esforço para uma aproximação bilateral, para os acordos bilaterais, discussões, encontros, já por sector, a nível dos cinco países. Eu penso que poderemos então criar uma situação nova e ela recomendar novas decisões ou recomendar fazer qualquer coisa de novo.